ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM DIREITO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITO E PODER JUDICIÁRIO
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL

RELATÓRIO DE IMPACTO DAS DISCIPLINAS CURSADAS

CLAUDIA CATAFESTA

Em cumprimento ao requisito estipulado para qualificação do projeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito da ENFAM, apresento relatório sobre o impacto das disciplinas cursadas e em andamento.

No primeiro semestre de 2020, optei pelas disciplinas **MAJ**, **LOJ** e **ETI**, a primeira opcional e as duas últimas, obrigatórias.

Cursar a disciplina **MAJ – Métodos Autocompositivos em Juízo** trouxe diversas luzes sobre a construção e aperfeiçoamento da minha atividade jurisdicional. Além de titular de uma vara com competência socioeducativa, que tem a justiça restaurativa como centralidade da intervenção estatal, desempenho a função de coordenadora do CEJUSC, a casa da cidadania e dos métodos consensuais e autocompositivos dentro da estrutura do Poder Judiciário. O aprimoramento do conhecimento em relação à política nacional de resolução adequada de conflitos e sua aplicabilidade prática foram importantes para o aperfeiçoamento profissional. Além disso, as reflexões acerca do acesso à justiça como acesso à ordem jurídica justa, nas lições de Kazuo Watanabe, bem como sobre o papel do juiz contemporâneo permitiram a construção de um artigo, como resultado final da disciplina, que foi submetido à apresentação no CONPEDI e, posteriormente, aceito para publicação. Esse fato revela que os conhecimentos adquiridos na disciplina impactaram positivamente na produção acadêmica e científica, o que reputo importante como registro.

A disciplina **LOJ – Liderança Organizacional e Atividade Judicial** também oportunizou um crescimento profissional significativo. Refletir sobre o papel do juiz como gestor de pessoas e líder de equipes representou um impacto profissional importante e favoreceu o aperfeiçoamento das técnicas para melhor desempenho dessa função. Descobrir que as características de um bom líder podem ser desenvolvidas e não necessariamente são natas, bem como a distinção entre *hard skills* e *soft skills* e a importância da comunicação assertiva foram aprendizados adquiridos no curso da disciplina. Tive a oportunidade de realizar um exercício, proposto pela disciplina, de solicitar *feedback* aos servidores de uma das equipes que coordeno: o resultado motivou a escrita do artigo final solicitado como avaliação, o qual, posteriormente, foi adaptado para um relato de experiência e publicado em revista de qualis A2. Apesar das temáticas abordadas na disciplina não guardarem relação com a pesquisa por mim desenvolvida, mas se tratando de mestrado profissional, entendo que o caráter obrigatório da disciplina deve ser mantido, tendo em vista que o exercício adequado da gestão de pessoas tem o potencial de gerar impacto para a eficiência e aperfeiçoamento do Poder Judiciário, centralidade do programa de mestrado da ENFAM.

Por fim, no primeiro semestre cursei **ETI – Ética e Integridade: Percepção Social da Independência e da Imparcialidade do Magistrado**. As contribuições e reflexões sobre os princípios éticos que norteiam a atuação do juiz contemporâneo, à luz dos Princípios de Bangalore de Conduta Judicial, foram essenciais para o aprimoramento da pesquisa desenvolvida no programa. Ao investigar o direito do adolescente à participação no seu processo judicial de execução de medidas socioeducativas, precisei analisar o papel do Poder Judiciário para qualificar esse sistema, pelo que as leituras e reflexões ocorridas na disciplina demonstraram-se essenciais. Ademais, pensar na eficiência do Poder Judiciário, em um programa de mestrado profissional, sem refletir sobre o próprio papel do juiz frente a uma sociedade plural e democrática, seria inconcebível, o que reforça minha percepção sobre o acerto do programa em dispor sobre a obrigatoriedade dessa disciplina.

Avançando para o primeiro semestre de 2021, cursei as disciplinas **CJR**, **IDO** e **PEM**, as duas primeiras opcionais e a última, obrigatória.

A disciplina **CJR – Cooperação Judiciária no contexto do Estado em Rede** despertou para a compreensão de um Poder Judiciário menos burocrático e formal e mais colaborativo e cooperativo, situações que foram inclusive aceleradas pela pandemia da COVID-19. Repensar as questões afetas à competência territorial e juízo 100% digital, por exemplo, foram incentivadas pelas leituras e discussões ocorridas na disciplina e trouxeram um impacto importante na atuação jurisdicional, especialmente no que diz respeito à gestão. A Resolução nº 350/2020 do CNJ foi um ato normativo bastante trabalhado e explorado durante as aulas e motivou a realização de um projeto de intervenção na minha comarca. O alvo do projeto foi o compartilhamento de equipes entre duas unidades judiciárias, que trouxe eficiência e melhores resultados para elas, e demonstrou que a cooperação judiciária vai além da realização de atos processuais, podendo ser utilizada como instrumento de gestão de pessoas.

As primeiras perguntas que nortearam as reflexões da disciplina **IDO – Inovação e Design Organizacional do Poder Judiciário** foram "Qual o propósito do Poder Judiciário? O que estamos fazendo aqui?". Isso indica como foi o percurso formativo durante as aulas incríveis da professora Luciane, que nos incentivou a pensar sobre o Judiciário que queremos para construir as soluções adequadas para atingi-lo. Apresentou-nos os conceitos de *wicked problem* e *design thinking*, esse último como uma técnica destinada à construção de soluções para problemas complexos, que foram utilizados para a realização de uma tarefa em grupo. Buscar estratégias mais eficazes para a educação fornecida nas unidades de internação do sistema socioeducativo foi o problema escolhido, tarefa que demandou uma proposta de intervenção nas comarcas de Londrina/PR e Ribeirão das Neves/MG. A intervenção para realização do projeto já trouxe impactos positivos nas duas cidades e foi tão significativa que motivou a criação de um novo grupo de pesquisa no mestrado, o **GEPDI 9 – Legal Design, Visual Law, Transmedia Law, Design Organizacional do Poder Judiciário e outros processos de aprendizagem aplicados ao Direito e à Administração Pública**, o qual passei a integrar no segundo semestre de 2021.

Para finalizar o primeiro semestre de 2021, cursei **PEM – Seminário de Pesquisa e Metodologia**. Posso dizer, sem sombra de dúvidas, que foi a disciplina mais importante que cursei durante todo o mestrado. Além de ser obrigatória, ela é essencial para ter clareza sobre os requisitos de uma boa

pesquisa científica. A busca por uma boa pergunta de pesquisa, com clareza em relação a tema, hipóteses, objetivos e justificativas para a investigação pretendida por cada discente foram alvo de intenso estudo e aprimoramento. A metodologia escolhida para as aulas, nas quais cada aluno teve a oportunidade de apresentar seu projeto de pesquisa e, na sequência, ouvir a opinião crítica dos professores e dos colegas, oportunizou que o meu projeto fosse redesenhado e ganhasse o contorno que hoje ele apresenta.

Encerrando os créditos obrigatórios, no último semestre de 2021 cursei **SPE**, **GPR** e **PRE**, sendo a primeira obrigatória e as demais optativas.

Assim como **PEM**, a disciplina **SPE – Sistema de Justiça e Pesquisa Empírica**, ministrada pelos mesmos professores, manteve a excelência da disciplina anterior e foi fundamental para a compreensão das diversas metodologias para a realização de pesquisa empírica. A partir da leitura de pesquisas premiadas e bem construídas, além do diálogo com os pesquisadores convidados para as aulas, foi possível visualizar a construção do capítulo metodológico da minha pesquisa, já que essa foi a atividade exigida como avaliação final da disciplina. Tudo isso contribuiu sobremaneira para a construção da dissertação e para as escolhas e recortes metodológicos necessários para a cientificidade da investigação pretendida.

Inspirada pela aula ministrada pela professora Taís na disciplina IDO, optei por inscrever-me para cursar **PRE - Prevenção de Conflitos e Gestão de Precedentes nos Centros de Inteligência**. Antes daquele encontro, essa disciplina estava completamente descartada, já que a gestão de precedentes nos centros de inteligência não guarda nenhuma conexão com a minha atuação profissional ou com a pesquisa que desenvolvo no mestrado. Contudo, as reflexões sobre prevenção de conflitos e litigiosidade a partir do pensamento sistêmico foram um divisor de águas, influenciando sobremaneira a investigação que conduzo na minha pesquisa. Vários referenciais indicados pela professora passaram a compor a minha reflexão e a minha escrita. Portanto, observar os problemas que afligem o sistema de justiça e pensar em soluções não cartesianas foram o ponto alto da disciplina e considero que, nesse aspecto, a disciplina deveria ser obrigatória.

Concluindo, tive a grata oportunidade de cursar a disciplina **GPR – Gestão de Projetos com Impacto Social Relevante**. A proposta da disciplina foi

inovadora e importante, já que pretendeu dar visibilidade a práticas exitosas, idealizadas por juízes ou tribunais de justiça, que trazem impacto para a sociedade. Cada discente apresentou uma boa prática a fim de ser inserida no banco de boas práticas do Conselho Nacional de Justiça. O projeto deveria ser autoral ou desenvolvido por outros colegas/tribunais. Apresentado em aula, o projeto recebeu a opinião crítica/avaliação de dois especialistas para aprimoramento. O intuito era, ao final da disciplina, ter mais práticas exitosas compondo o banco de boas práticas do CNJ. Foi possível conhecer diversos projetos incríveis e colegas inspiradores, confirmando a necessidade de que sejam promovidas mudanças culturais, permitindo a inserção social e política do Poder Judiciário de variadas formas. A busca de espaço social dos tribunais, no futuro, passará cada vez mais pela inserção em espaços ocupados, tradicionalmente, pelas organizações da sociedade civil e revela a importância dessas iniciativas.

Mais que um registro de impacto das disciplinas, esse é um registro afetivo e reflexivo. Reforço o quanto foi possível aprimorar meu conhecimento e ampliar o horizonte de possibilidades e conexões para juntos construirmos um Judiciário que verdadeiramente se importe com as pessoas, sejam elas os jurisdicionados ou os servidores e magistrados que integram seus quadros.

Sou grata a ENFAM pela oportunidade de integrar a primeira turma do mestrado profissional dessa instituição e realizar um curso de nível tão elevado diretamente do conforto da minha casa e sem qualquer custo financeiro. Que esse importante investimento público reverbere positivamente na qualificação do sistema de justiça nacional.

Brasília, 07 de janeiro de 2022.

CLAUDIA CATAFESTA
Discente do Mestrado da ENFAM